

DPMG promove reuniões de conciliação sobre a volta das aulas na Capital

Instituição reconhece e trata como uma vitória os avanços obtidos com as medidas tomadas pela PBH, permitindo a volta da oferta do serviço de Educação e o retorno seguro às salas de aula

PÁGINAS 2 e 3

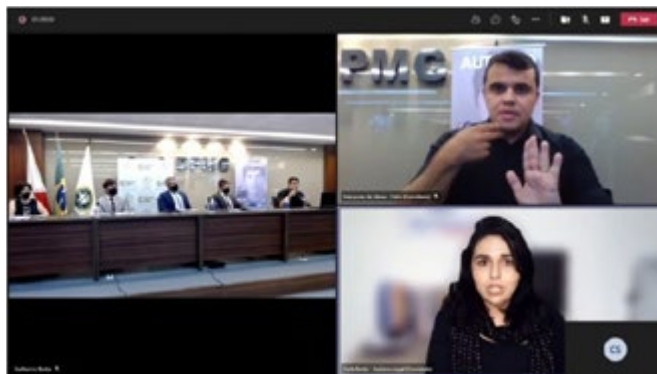
Uber é condenada a indenizar assistido da Defensoria de Minas Gerais por ato de LGBTfobia

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas, o músico e gestor cultural João (31 anos) denunciou ato de LGBTfobia que sofreu, praticado por um motorista associado à Uber, e conseguiu fazer valer os seus direitos e ser indenizado em R\$ 2 mil, por danos morais. Apesar de ter passado por três órgãos antes de chegar à DPMG, João não desistiu de denunciar.

Na decisão, datada de 4 de maio, a juíza de Direito afirma: “a conduta do motorista certamente trouxe ao autor prejuízos que extrapolam o mero aborrecimento cotidiano e adentram os direitos da personalidade, afetando bens que têm um valor precípuo na vida do ser humano: a dignidade, a paz, a tranquilidade de espírito, a integridade psíquica, entre outros afetos, caracterizando assim a produção de um dano de natureza moral”.

O defensor público Vladimir Rodrigues ressalta a importância da decisão e o seu caráter educativo. “Os atos LGBTfóbicos ou de agressão cometidos pelos motoristas de aplicativos de transporte são também e, principalmente, responsabilidade das empresas prestadoras de serviços”. A liberdade do cidadão é plena e sua orientação sexual não pode ser motivo de qualquer ato de violência ou discriminação.

[Leia a matéria na íntegra](#)



O intérprete de Libras, Hélio Vieira, fez a tradução do evento

DPMG sedia lançamento da campanha ‘Autismo – Discriminação é Crime’

Solenidade aconteceu no dia 15 de junho, de forma restrita, com transmissão simultânea pelo canal da DPMG no YouTube

PÁGINA 4

Defensoria Pública de Minas Gerais apresenta ‘Mutirão Direito a Ter Pai’ para o Ministério da Justiça

PÁGINA 6

DPMG participa de audiência pública do STF sobre fiscalização do sistema penitenciário brasileiro

PÁGINA 6

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque **PÁGINAS 2 a 8**
- > Na mídia **PÁGINAS 2, 3 e 4**
- > Publicações **PÁGINA 7**
- > Mundo oficial **PÁGINA 8 e 9**
- > Escola Superior **PÁGINAS 9 e 10**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁGINA 11**

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas promove reuniões de conciliação sobre a volta das aulas e reconhece avanços em medidas tomadas pela PBH

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais reconhece e trata como uma vitória os avanços obtidos com as medidas tomadas na sexta-feira (18/6) pela Prefeitura de Belo Horizonte, permitindo a volta da oferta do serviço de Educação aos alunos (as) e o retorno seguro às salas de aula. Tais medidas demonstram que o Executivo Municipal acatou pleitos e reivindicações apresentadas e colocadas nas mesas de discussão pela Defensoria Pública, resultado de muito diálogo e disposição em ouvir os anseios de pais, mães e de toda a comunidade escolar.

A Defensoria Pública acompanhará de perto o conjunto de medidas anunciadas e todas as condições deste retorno às salas de aula, para que ocorra rigorosamente dentro dos critérios de segurança sanitária e com a necessária estrutura física e pedagógica, a fim de que o ensino seja retomado nas melhores condições de aprendizado e trabalho para alunos (as), professores (as) e servidores (as).

A questão da inclusão digital e outras inconsistências que venham a ser constatadas no decreto que vier a ser publicado serão levadas à audiência designada pelo Juízo da Vara Cível da Infância e Juventude, marcada para o dia 24/6/2021, às 9 horas, quando já poderão ser apreciados os pedidos liminares feitos na Ação Cível Pública nº 5069267-30.2021.8.13.0024, ajuizada pela Defensoria Pública em maio.

A ACP cobra do Município a implementação do planejamento de aulas, acompanhado de um programa de inclusão digital para alunos e professores, no caso da oferta de ensino híbrido. O objetivo da Defensoria Pública é minimizar o prejuízo escolar dos alunos da rede pública municipal, o que agrava a desigualdade em relação à rede privada de ensino.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensoras públicas Giza Gaudereto, Raquel Costa e Daniele Bellettato durante entrevista à imprensa

Prazo para manifestação esgotou

O prazo para que o Município se manifestasse quanto à possibilidade do retorno das aulas no modelo híbrido (remoto e presencial) de alunos de 6 a 10 anos, no dia 21 de junho para a rede particular e no dia 5 de julho para a rede municipal, se esgotou na quarta-feira (16/6), às 18 horas. Em ofício, a Procuradoria Geral do Município solicitou a prorrogação deste prazo até sexta-feira, dia 18, quando acontece a reunião do Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19.

continua na página 5 >>



Volta às aulas na rede municipal de BH será para alunos de até 8 anos

[Portal R7 – 14/06/2021](#)

Reunião sobre volta às aulas em BH termina sem acordo

[Portal Estado de Minas – 14/06/2021](#)

Reunião sobre volta às aulas em BH termina sem consenso, mas com avanço de propostas

[Portal Hoje Em Dia – 14/06/2021](#)

Reunião nesta segunda pode definir mais detalhes sobre volta às aulas presenciais em BH

[Rádio Itatiaia – 14/06/2021](#)

Volta às aulas presenciais: reunião entre Defensoria, Prefeitura de BH e sindicatos termina sem consenso

[G1 Minas – 14/06/2021](#)

Defensoria Pública e Prefeitura da Capital se reuniram para discutir a volta às aulas presenciais

[Band Minas – 15/6](#)

Prefeitura e Defensoria Pública se reúnem mas impasse sobre as aulas presenciais continua

[Bom Dia Minas – 15/6](#)

Defensoria Pública aguarda retorno sobre propostas de volta às aulas em BH

[MGTV 1ª edição – 15/6](#)

Volta às aulas: BH define regras para retorno presencial de alunos

[Portal R7 – 16/06/2021](#)

PBH adia resposta sobre 50% dos alunos em sala e decisão será na Justiça

[Portal O Tempo – 16/06/21](#)

PBH adia resposta, e volta às aulas na capital vai parar na Justiça

[Portal Estado de Minas – 16/06/2021](#)

Continuação da página 2 >>

Reuniões de conciliação sobre a volta das aulas em Belo Horizonte

A reunião do grupo de trabalho, prevista para a quinta-feira (17/6), foi suspensa, uma vez que a pauta se baseava na avaliação dos protocolos de segurança para o retorno imediato deste grupo etário. “Toda a comunidade escolar aguarda uma solução há muito tempo, não dá mais para protelar. As crianças estão sem a Educação formal e, mais do que isso, muitas ficam em casa sem os pais e estão sofrendo abusos e violações de direitos de toda ordem. Enquanto isso, a escola, que é um espaço de proteção e amparo às crianças, não está aberta”, afirmou a defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria da Infância e Juventude. “Se o Executivo não toma a decisão, caberá ao Judiciário tomar”, completou, durante entrevista coletiva no dia 16 de junho.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Mesas de conciliação

A Defensoria Pública de Minas promoveu duas reuniões com representantes da PBH, das escolas particulares e dos professores da rede pública na tentativa da conciliação. A primeira aconteceu no dia 7 de junho e a segunda no dia 14. Na ocasião, foram apontadas as principais demandas das partes envolvidas.

Ao final do encontro da segunda-feira (14/6), foram aprovadas as seguintes propostas: distanciamento mínimo de 1,5 metros, em vez dos dois metros previstos no protocolo, para facilitar a operacionalização das escolas; a adoção de um fluxo de testagem rápida de professores e alunos; o início imediato do Plano Emergencial de Al-

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Reunião teve a participação de representantes da Defensoria, PBH, UFMG e sindicatos das escolas e dos professores

fabetização na rede pública para crianças de 6 a 8 anos, com grupos de seis alunos, com horário ampliado para quatro horas diárias. Será constituído também um grupo de trabalho, para avaliar as portarias que regulam o retorno do ensino pelo Município, os protocolos de controle dos casos suspeitos e surtos, além de analisar as estruturas físicas das escolas e a avaliação diagnóstica dos alunos para apurar o grau de aprendizagem no período e as medidas necessárias para recompor a aprendizagem perdida e o planejamento pedagógico para tal.

Na primeira reunião de conciliação, que aconteceu no dia 7 de junho, foram apontadas as principais demandas do Município e das redes municipal e particular de ensino.

[Leia mais sobre a reunião do dia 14 de junho](#)



NA MÍDIA

Impasse sobre volta às aulas em BH será definido na Justiça, diz Defensoria Pública

[G1 Minas e TV Globo – 16/06/2021](#)

Impasse sobre volta às aulas em BH será definido na Justiça, diz Defensoria Pública

[MGTV 2ª edição – 16/06](#)



Resultados da reunião do dia 14 foram apresentados à imprensa

Impasse sobre volta às aulas em Belo Horizonte vai parar na Justiça

[Portal Hoje Em Dia – 16/06/2021](#)

Impasse sobre o modelo de volta às aulas em Belo Horizonte vai parar na justiça

[Jornal Minas – 16/6](#)

BH perde prazo e Defensoria decide manter ação na Justiça sobre volta às aulas presenciais

[Bom Dia Minas 17/06](#)

Defensoria Pública lamenta falta de retorno da Prefeitura sobre retorno das aulas em BH

[MGTV 1ª edição – 17/6](#)

Impasse continua, e volta às aulas presenciais em BH fica distante

[Portal Hoje Em Dia – 17/06](#)

Alunos de particulares em BH podem ter só uma aula presencial antes das férias

[Portal O Tempo – 18/06](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG sedia lançamento da campanha ‘Autismo – Discriminação é Crime’. Veja vídeo no canal da Instituição

“A Defensoria Pública tem a obrigação de prestar um serviço de qualidade, buscando fortalecer a rede de proteção dos direitos daqueles que procuram nosso ofício”, afirmou o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, durante o lançamento da campanha “Autismo – Discriminação é Crime!”.

A solenidade aconteceu na terça-feira (15/6), no auditório da sede da Defensoria Pública de Minas Gerais. O evento foi restrito, sem presença de plateia, com transmissão simultânea pelo canal da DPMG no Youtube.

Idealizada e produzida pelo artista plástico, cineasta e autista Ernane Alves, a campanha tem como objetivo levar informação gratuita e acessível à sociedade brasileira sobre os direitos dos autistas e promover a neurodiversidade. “A falta de informação é uma lacuna na sociedade. Muitos são os mitos em torno do autismo. Mas antes de sermos autistas, somos seres humanos com nossas particularidades e individualidades”, definiu Ernane Alves.

Fotos: Marcelo Sant’Anna/DPMG



Defensor público-geral Gério Patrocínio Soares ressaltou que a parceria amplia a forma de atuar da Defensoria Pública

A campanha foi lançada de forma híbrida, com ampla divulgação nas redes sociais e sites das instituições parceiras, no blog Luz Azul e também na versão física, com cartazes impressos fixados em repartições públicas e privadas da capital mineira.

Além da Defensoria Pública, por meio do Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, são parceiros da iniciativa a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB Minas Gerais, a CADDA – Comissão das Associações de Defesa dos Direitos dos Autistas de Minas Gerais e o Grupo Autismo Legal, de São Paulo.

A transmissão do lançamento da campanha encontra-se disponível no canal da Defensoria Pública no YouTube ([c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)).

[Leia a matéria na íntegra](#)



De acordo com o artista plástico e cineasta Ernane Alves, a falta de informação cria mitos em torno do autismo

Defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, coordenador do projeto Inclusão Verde Mundo, ressaltou a importância do lançamento da campanha na sede da DPMG, como a concretização de sua função institucional



NA MÍDIA

EMENDA CONSTITUCIONAL 80

Minas tem até junho de 2022 para quase triplicar número atual de defensorias públicas

[MGTV 1ª Edição](#)

Minas Gerais tem até junho de 2022 para quase triplicar número atual de defensorias públicas

[G1 Minas](#)

CASAMENTO • ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Defensoria mineira realiza sonho e direito ao casamento de mulher presa

[Portal CNJ](#)

Telejornal destaca ação extrajudicial da Defensoria de Minas, que permitiu casamento de mulher privada de liberdade

[TV Justiça](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas participa de audiência de mediação referente a ações sobre risco de rompimento de barragens em Macacos

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou da audiência de mediação referente à ação civil pública 5000901-97.2019.8.13.0188, em andamento na 2ª Vara Cível da comarca de Nova Lima. A ação é movida pela DPMG e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra a Vale S/A. Os autores buscam a defesa dos “direitos humanos dos refugiados ambientais decorrentes da evacuação e daquelas que, de alguma forma, sofreram danos materiais e morais devido ao risco de rompimento de barragens de rejeitos de minério situadas no distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos, em Nova Lima/MG”.

A audiência, que aconteceu na sexta-feira (11/6), foi conduzida pelo 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Newton Teixeira Carvalho, e o coordenador-adjunto do Cejusc de 2º grau, desembargador Ronaldo Claret de Moraes. Ao final, decidiu-se que a movimentação da ação será suspensa para viabilizar a conciliação. As partes solicitaram, contudo, o andamento da análise do pedido de retorno às suas residências das pessoas que estão fora da mancha de possível inundação, caso haja rompimento das barragens.

Outro acordo apontou que a Defensoria Pública de Minas Gerais e o MPMG irão peticionar para que outra

Foto: TJMG



Audiência de mediação busca acordo em ações sobre danos morais e materiais associados a moradores de Macacos

Ação Civil Pública, a 5000905-37.2019.8.13.0188, que está em andamento na 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da comarca de Belo Horizonte e que trata de tema correlato, seja remetida ao Cejusc 2º grau e tenha tramitação em conjunto com impetrada em Nova Lima. Nos dois casos houve a concordância da Vale S/A.

Ministério Público e Defensoria Pública apresentarão, em um prazo de 30 dias, proposta de acordo à Vale S/A. A empresa terá 30 dias para se manifestar acerca do acordo.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Cidades e comunidades atingidas pela tragédia de Brumadinho apresentam mais de 3 mil propostas de projetos para reparação

Sugestões serão avaliadas e pela Defensoria Pública e demais instituições do Sistema de Justiça e depois passarão por consulta popular

Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Governo do Estado, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público Federal (MPF) receberam o total de 3.114 propostas de projetos para reparação do desastre causado pelo rompimento das barragens da Vale, em Brumadinho. O envio das proposições faz parte do acordo coletivo assinado entre a Vale e o Governo de Minas Gerais em fevereiro deste ano. As propostas são referentes aos anexos I.3 e I.4 do Termo de Medidas de Reparação.

O material foi recebido até 5 de junho e agora passa por processo de organização inicial. Conforme previsto no Termo de Reparação, os projetos precisam ter, em essência, o propósito de fortalecimento do serviço público e de reparação dos efeitos do rompimento. Entre as 3.114 propostas de projetos recebidas, 923 foram encaminhadas por prefeituras e 2.191 pela população atingida, diretamente ou por entidades representativas.

Após a organização inicial, os Compromitentes, de

forma colegiada, farão a análise dos projetos. Definida a lista, passarão pelo processo de consulta popular, para fins de priorização, prevista para agosto de 2021. A partir daí, entrarão em fase de detalhamento pela Vale. Os projetos definidos serão financiados e executados pela Vale e, por isso, sem vínculo e dependência do PL 2508-21, que está em discussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Edital de Chamamento Público

As Instituições de Justiça Compromitentes do Termo de Medidas de Reparação do desastre de Brumadinho lançaram Edital de Chamamento Público para escolha de empresas ou entidades interessadas em atuar como gerenciadora do Programa de Transferência de Renda às pessoas atingidas pelos rompimentos das barragens, ocorrido em janeiro de 2019.

[Acesse aqui o Edital](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG apresenta ‘Mutirão Direito a Ter Pai’ para o Ministério da Justiça

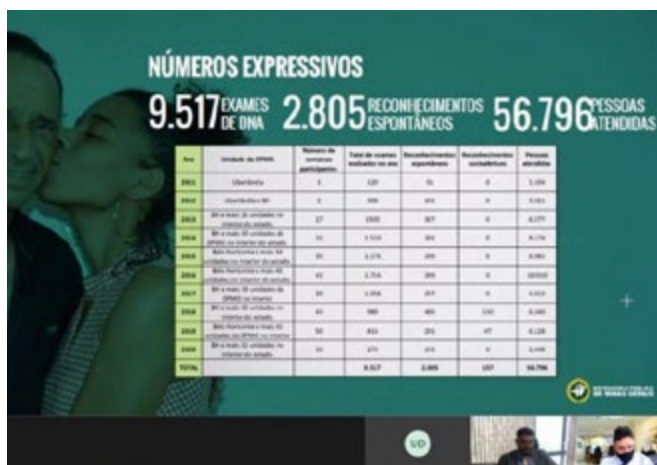
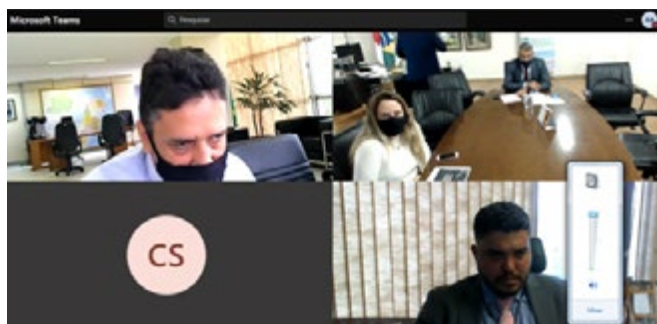
Na segunda-feira (14/6), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou de reunião virtual com o secretário Nacional de Justiça, Cláudio de Castro Panoeiro, e os representantes do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, Luiz Alberto Matos dos Santos e Hugo Medeiros Gallo. A reunião, que foi solicitada pelo secretário, teve como objetivo apresentar ao Ministério da Justiça a dinâmica do “Mutirão Direito a Ter Pai”, programa de reconhecimento de paternidade promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

O encontro contou com a participação do subdefensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, e da coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser.

Durante a reunião, além da dinâmica de realização do “Direito a Ter Pai”, foram apresentados os números da iniciativa, que já realizou gratuitamente 9.517 exames de DNA, 2.805 reconhecimentos espontâneos e quase 57 mil atendimentos desde sua primeira edição, em 2011, até 2020.

Um novo encontro será realizado depois que o Ministério da Justiça analisar informações do Mutirão que serão disponibilizadas pela DPMG.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Defensoria Pública de Minas participa de audiência pública do STF sobre fiscalização do sistema penitenciário brasileiro

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) participou, na segunda-feira (14/6), da audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater o monitoramento do sistema prisional brasileiro.

A audiência teve por objetivo discutir a melhor forma de dar efetivo cumprimento à decisão pelo STF no *habeas corpus* (HC) 165.704, que estendeu o benefício de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar a todas as pessoas que têm, sob sua única responsabilidade, a guarda de menores de 12 anos ou de pessoas com deficiência, desde que cumpridos os requisitos previstos

no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP).

Convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator do HC coletivo 165.704, a audiência pública contou com a participação de representantes da sociedade civil e de órgãos e instituições públicas. Também foram pautas da audiência a fiscalização do sistema penitenciário e problemas como a superlotação carcerária.

Representando a Câmara de Estudos de Execução Penal da Defensoria Pública de Minas, que a elegeu para a manifestação, a defensora pública Alessa Pagan apresentou sugestões de ações que podem auxiliar na solução dos problemas. A manifestação foi conjunta com as Defensorias do Rio Grande do Sul e do Amazonas, via Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets).

As situações reportadas pela defensora pública Alessa Pagan são fruto de consulta às defensoras e defensores públicos da execução penal realizada pela Câmara de Estudos de Execução Penal, a pedido do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores da DPMG.

[Leia a matéria na íntegra e confira a apresentação](#)



AÇÕES EM DESTAQUE • PUBLICAÇÕES

Disponível a 5ª edição do boletim ‘Drops dos Tribunais’, do Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou mais um boletim informativo “Drops dos Tribunais”. Esta edição detalha a participação da DPMG na audiência pública no STF sobre o monitoramento do Sistema Prisional, realizada por meio de videoconferência, e disponibiliza o vídeo com a manifestação da defensora pública ALESSA PAGAN VEIGA, que representou a Câmara de Estudos de Execução Penal da DPMG. O boletim traz, ainda, importantes decisões atinentes à atuação da Defensoria Pública na área Criminal.

[Clique aqui para ler](#)



AÇÕES EM DESTAQUE • INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensoria Pública participa de audiência da ALMG para debater a revogação da Lei da Alienação Parental

As defensoras públicas Danielle Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), e Maria Cecília Pinto e Oliveira, da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH) participaram da audiência pública que debateu a revogação da Lei federal 12.318, de 2010, que dispõe sobre a alienação parental.

A reunião aconteceu na quinta-feira (17/6) e foi promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Um projeto em tramitação no Congresso Nacional propõe a revogação da norma, chamada de Lei da Alienação Parental (LAP), proposta defendida pela maioria dos participantes. As contribuições trazidas na reunião serão encaminhadas aos parlamentares federais, de modo a oferecer subsídios para embasar um projeto de lei sobre o tema.

A defensora pública Danielle Bellettato disse que

não são raros os casos em que mães procuram a Vara de Infância e Juventude como última tentativa para conseguir a guarda dos filhos, quando estes são afastados da genitora por motivo de denúncias de abuso sexual. “Percebemos que os técnicos da área de estudos familiares das Varas de Família não estão preparados para lidar com as questões da alienação parental”, completou a defensora.

Já a defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira chamou a atenção para a abordagem discriminatória e machista de um trecho da justificativa do projeto de lei que originou a Lei federal 12.318/2010. “Que parte do pressuposto que a mãe é a alienadora e o pai vítima de um processo de manipulação parental, afrontando convenções, onde o Brasil configura como signatário, que obriga a adoção de políticas contra a discriminação da mulher e a adoção de um sistema de Justiça livre de estereótipos”, disse Maria Cecília.

[Leia a matéria na íntegra](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participa do lançamento do Projeto Destrava Minas 853

Iniciativa busca a solução extrajudicial de impasses jurídicos que impedem a retomada de obras paralisadas em todo o estado

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no lançamento do Projeto Destrava Minas 853, iniciativa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que visa buscar resolução de impasses para a retomada de obras nos 853 municípios mineiros que estejam paralisadas por liminares proferidas pelo Tribunal. A solenidade aconteceu na quinta-feira (17/6) e reuniu autoridades de diversos órgãos públicos e instituições.

Por meio da mediação, o Destrava Minas 853 visa à solução de conflitos que envolvem obras públicas paralisadas em todos os municípios mineiros. O objetivo é desemperrar processos travados por liminares ou atuar na fase pré-processual nas demandas com potencial de serem judicializadas.

Na cerimônia foi assinada uma Portaria Conjunta, para a formalização das parcerias, criando de um comitê Interinstitucional formado por representantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, pelo Município de Belo Horizonte e pela Associação Mineira de Municípios.

Por meio do projeto Destrava Minas 853, os procuradores municipais farão um levantamento das obras paralisadas, em seus respectivos municípios, que impactam o desenvolvimento econômico e social. Com essa listagem, caberá ao comitê propor a adoção de medidas para solucionar os entraves e permitir que as obras sejam retomadas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares assina portaria conjunta. Ao lado, líderes de instituições mineiras, que formam o Comitê Interinstitucional

MUNDO OFICIAL

Defensor público-geral de Minas palestra em curso de formação da Polícia Civil

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, ministrou na quarta-feira (16/6) palestra aos policiais civis que atualmente passam pelo Curso de Formação Técnico-Profissional na Academia de Polícia Civil (Acadepol), em Belo Horizonte. Em sua explanação, Gério Soares apresentou o portfólio dos serviços, projetos e programas da Defensoria Pública de Minas Gerais, e falou sobre a atuação em rede com a Polícia Civil e sua importância na assistência e proteção ao cidadão.

O assessor Institucional da DPMG, defensor público Wilson Hallak Rocha, acompanhou o DPG. Participaram da atividade escrevães e delegados empossados em fevereiro deste ano.

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



O evento aconteceu na Acadepol

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas recebe a deputada federal Gleyce Elias

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu a visita da deputada federal Gleyce Elias para tratar de assuntos institucionais de interesse da Defensoria Pública.

A reunião aconteceu na sexta-feira (18/6), no gabinete da Defensoria-Geral. Participaram do encontro a ex-defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; a chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a coordenadora de Atendimento da Capital, Silvia Leonel Ferreira; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascare-



nhas Glaeser; e as assessoras da Defensoria –Geral, Giza Magalhães Galdereto e Juliana de Carvalho Bastone.

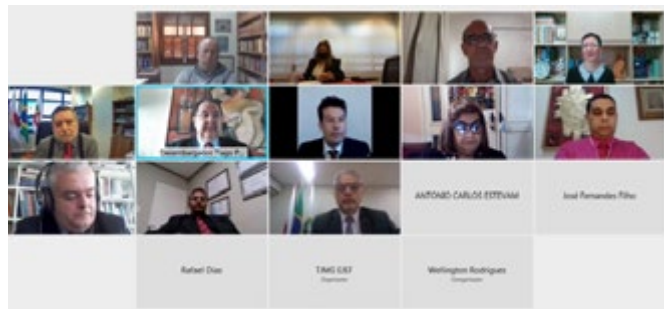
DPMG participa do lançamento da 1ª temporada do Vozes Poéticas de Minas

O assessor institucional da Defensoria-Geral do Estado, Wilson Hallak Rocha, participou no dia 15/6 do lançamento da primeira temporada do projeto Vozes Poéticas de Minas. O projeto é uma iniciativa da Escola

Judicial Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e da Academia Mineira de Letras (AML).

Em formato de podcast, o projeto visa a divulgação cultural e literária e é voltado à veiculação conjunta de leituras de textos poéticos de autores e autoras consagrados de Minas Gerais. Para a primeira temporada foram selecionados oito poetas que contribuem para engrandecer a produção poética mineira: Alphonsus de Guimaraens, Henriqueta Lisboa, Lina Tâmega Peixoto, Maria Lúcia Alvim, Laís Correa de Araújo, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade e Adão Ventura.

Com informações do TJMG



ESCOLA SUPERIOR

ESDEP INFORMA

MPC/MG lança revista ‘Controle em Foco’ e abre inscrição para envio de artigos científicos para 2ª edição

O Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC/MG) publicou a primeira edição da revista “Controle em Foco”. No número especial de lançamento, além dos artigos, foi publicada também a transcrição da live “O contexto republicano e o Ministério Público de Contas”, que contou com a participação do Ministro Carlos Ayres Britto.

[Para acessar, clique aqui.](#)

Para a 2ª edição da revista, o MPC/MG abriu chamada pública para recebimento de artigos científicos. Os artigos, juntamente com a autorização para publicação digitalizada, deverão ser enviados até o dia 26 de julho de 2021, para o endereço: revistampc@mpc.mg.gov.br.

[Clique aqui para mais informações.](#)

Cejur-RJ abre chamado para envio de trabalhos e artigos

O Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Cejur-RJ) está recebendo trabalhos e artigos para a primeira edição da Revista de Gestão da Defensoria Pública. O material pode ser enviado até o dia 30/7/2021. A publicação tem como linha editorial a difusão de práticas, estudos e propostas estratégicas para governança e gestão pública, com o fortalecimento da Defensoria Pública na área de gestão.

Serão aceitos artigos acadêmicos, práticas e projetos exitosos na área de gestão pública e governança, no âmbito da administração pública e áreas afins, priorizando-se aqueles trabalhos que tratem de temáticas ligadas à Defensoria Pública. Os interessados deverão enviar seus artigos e trabalhos por meio de um formulário eletrônico encontrado no Edital para participação.

[Clique aqui para mais informações.](#)

ESCOLA SUPERIOR

Chamada de artigos para a edição nº 7 da Revista da DPMG

A publicação oficial da DPMG tem como finalidade divulgar conhecimento científico jurídico voltado para disseminar pesquisas e exposição de diferentes pontos de vista que possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de grupos sociais. **O prazo final para encaminhamento dos artigos é 25 de junho de 2021**, o que deve ser feito exclusivamente por mensagem eletrônica dirigida ao email: revista@defensoria.mg.def.br, devendo conter também um breve currículo de quem assina o trabalho.

[Acesse aqui o edital 01/2021 da revista](#)

Disponíveis as gravações do Treinamento RTO + ProView

Estão disponíveis os vídeos das oficinas de Treinamento RTO + ProView, promovidas pela Thomson Reuters, no dia 8 de junho. Ministradas por especialistas de produto, as oficinas ensinam sobre a usabilidade das plataformas de conteúdo editorial e de pesquisa jurídica, a Biblioteca Digital ProView e a Revista dos Tribunais Online®.

Clique nos links para acessar:

[Treinamento de ProView](#)

[Treinamento de RTO](#)

CONVITES

Defensoria Pública de Minas e ESDEP promovem palestra

ORGULHO LGBTI+

Direitos Humanos, Violência e Justiça Criminal

24 JUNHO 2021 | **19 HORAS**

TRANSMISSÃO
YouTube.com
[c/defensoriamineira](#)

PALESTRANTES

Paulo Cesar Azevedo
Defensor Público MG

Guilherme G. Ferreira
Doutor em Serviço Social

ESDEP ESCOLA SUPERIOR
DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

Defensoria Pública de Minas e ESDEP, através do Projeto **Expresso e-defensoria**, promovem

Palestra

LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO DE PROVA DIGITAL NO BRASIL

A expertise da Prova Digital é a mesma para qualquer área

APRESENTAÇÃO

PALESTRANTE

ROGER V. FEICHAS
DEFENSOR PÚBLICO MG

VANESSA FUSCO
PROMOTORA DE JUSTIÇA MG

DATA | **HORARIO** | **TRANSMISSÃO**

25 JUNHO 2021 | **10H ÀS 11H** | [YouTube.com c/defensoriamineira](#)

ESDEP ESCOLA SUPERIOR
DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](#)



[c/defensoriamineira](#)



[@defensoriamg](#)



[www.defensoria.mg.def.br](#)

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Consulta para cooperação voluntária e temporária no Mutirão do Júri na comarca de Belo Horizonte

A cooperação voluntária na 2ª Defensoria do Tribunal do Júri de Belo Horizonte, no Mutirão do Júri, que será realizado em julho de 2021, abrangerá a realização da sessão plenária, bem como a interposição de recursos e apresentação de razões e/ou contrarrazões recursais. Interessados deverão solicitar inscrição até as 23h59 de 25/6/2021, por e-mail direcionado ao endereço criminal@defensoria.mg.def.br, especificando o processo para o qual está se inscrevendo.

[Acesse aqui a Resolução nº 227/2021](#)

CONSELHO SUPERIOR

Deliberação altera a denominação dos órgãos com atuação em favor das crianças e dos adolescentes e reafirma a prioridade de atuação em favor destes

De acordo com o artigo 2, os órgãos e áreas de atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais previstos no anexo I da Deliberação 011/2009 denominados “Infância e Juventude” ou “Infância” ficam renomeados para Defensoria Pública “dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes”.

[Deliberação nº 177/2021](#)

NOTA DE FALECIMENTO

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento de **Irene Aparecida Siqueira, aposentada** desde setembro/2012, que por muitos anos prestou inestimáveis serviços no setor

de Protocolo. O sepultamento aconteceu na quinta-feira (17/6).

Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.